

# 3ª ponte custará R\$ 208 milhões

Andrea Cordeiro  
Da equipe do Correio

A terceira ponte do Lago Sul vai custar muito mais do que os R\$ 160 milhões anunciados pelo Governo do Distrito Federal. A constatação foi feita pela Engevix, empresa contratada pela Novacap para fazer o levantamento da quantidade de materiais e serviços ali utilizados e definir o orçamento final da obra. Em 45 dias de trabalho, a Engevix concluiu que a terceira ponte ficará por R\$ 208,2 milhões, R\$ 48 milhões acima do custo calculado pelo governo de Joaquim Roriz.

É falsa, portanto, a notícia de que Engevix chegou à essa conclusão analisando preços de mercado e que ela avalizou a obra. A empresa foi contratada em dezembro do ano passado. Recebeu uma lista com a quantidade de todos os materiais e serviços necessários para execução da obra e outra com os preços que Via Engenharia e a Usiminas cobraram para executá-la. De posse dos documentos, a tarefa da empresa paulista de engenharia, com vasta experiência em análise e elaboração de projetos de grandes empreendimentos (hidrelétrica de Tucuruí, por exemplo) limitou-se a multiplicar a quantidade dos materiais e dos serviços por seu valor unitário.

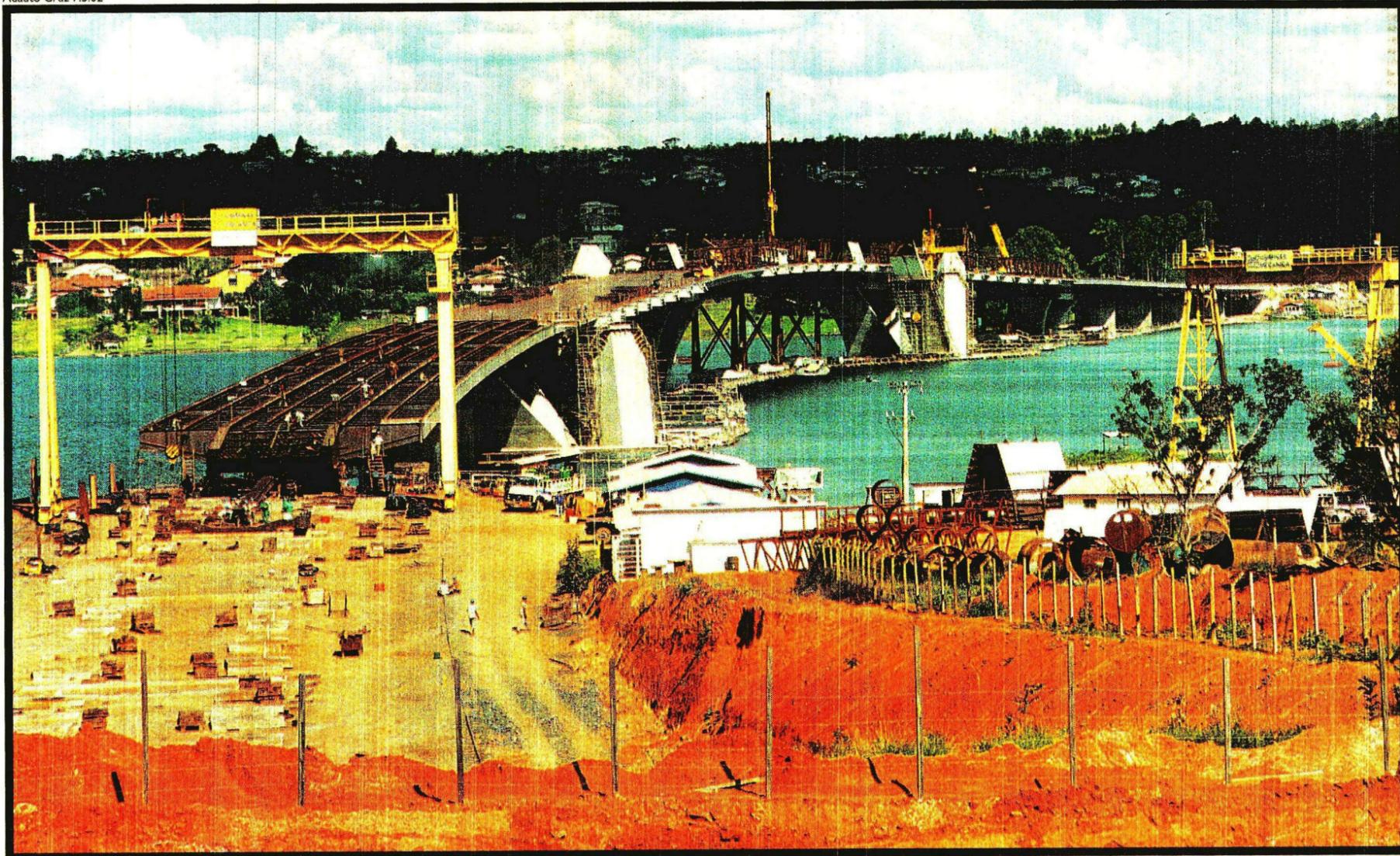
Por que o GDF contrataria uma empresa sabendo que ela poderia chegar a uma conclusão contrária aos seus interesses? Os órgãos do governo envolvidos no caso — Secretaria de Comunicação, Secretaria de Infra-estrutura e Obras e Novacap — se recusam a dar informações. José Celso Gontijo, presidente da Via Engenharia, desconhece os motivos que levaram o governo a pedir o levantamento de custos da terceira ponte à Engevix.

Depois de analisar o trabalho da empresa da consultoria, um empresário da construção civil e um engenheiro familiarizados com o assunto responderam: a Engevix foi contratada para demonstrar que as quantidades de materiais e serviços utilizados está correta. Sobre os preços não haveria dúvida: são aqueles fornecidos pela Novacap.

O governo omite, entretanto, que entre o projeto básico (idéia inicial de quanto vai custar a obra) e o projeto executivo (detalhamento do projeto básico com idéias muito precisas de custos e prazos), a Via Engenharia e a Usiminas multiplicaram determinadas quantidades de materiais e serviços com a aprovação da Novacap.

Isso teve de ser feito por duas razões: erro e fraude. Por exemplo: no item 2.18 do projeto básico, estão previstas 725 toneladas de aço CA-50; no projeto executivo, essa quantidade saltou para 2.712 toneladas. A ra-

Adauto Cruz 7.5.02



CANTEIRO DE OBRAS DA TERCEIRA PONTE DO LAGO SUL: VIA ENGENHARIA DESCONHECE AS RAZÕES POR QUE O GOVERNO PEDIU À ENGEVIX O CÁLCULO DO ORÇAMENTO FINAL DA CONSTRUÇÃO

## ENTREVISTA / SANTO BERTIN

Diretor da Engevix diz que empresa não avalizou a obra

*A Engevix é uma empresa paulista com mais de 35 anos de atuação em consultoria de engenharia. No final de 2001, foi contratada pela Novacap para fazer o levantamento da quantidade de materiais e serviços utilizados na terceira ponte e o orçamento final da obra. Na semana passada, após cinco meses da conclusão do trabalho, o diretor local, Santo Bertin, estranhou a propaganda do GDF. Segundo ele, a empresa foi contratada para calcular os quantitativos de serviços previstos no projeto executivo, obtendo o valor do empreendimento a partir dos preços unitários fornecidos pela Novacap. E não para atestar se o preço de hoje condiz com o de merca-*

*do, como afirmou a propaganda.*

**CORREIO BRAZILIENSE** — Quando a Engevix assinou contrato com o GDF?

**SANTO BERTIN** — No final do ano passado, acho que em novembro ou dezembro.

**CORREIO** — O que determinava o contrato?

**BERTIN** — Que a empresa fizesse o levantamento de quantitativos e o orçamento final, com base no projeto executivo e nos preços fornecidos pela Novacap.

**CORREIO** — A empresa foi contratada para fazer auditoria na obra?

**BERTIN** — Não.

ção que explica a multiplicação por cinco do valor da ponte pode ser incompetência do engenheiro que elaborou o projeto original. Outra é o superfaturamento apontado pelo relatório dos auditores do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF): a empreiteira apresen-

tou planilhas com o resumo da execução das obras onde constava que ela usou uma quantidade de concreto muito maior do que a realmente utilizada (registre-se que esse aumento vem acompanhado de preços superfaturados). Mas para manter o preço final semelhante ao do

edital, a Via diminuía a quantidade de itens que usaria na obra em seguida, informa o relatório.

### NOVOS SERVIÇOS

Não foi apenas o aço que teve as quantidades aumentadas. No trabalho entregue à Novacap no início deste

ano, a Engevix listou todos os serviços e materiais feitos na obra e incluiu os serviços que foram contratados depois da licitação. Na planilha, a empresa mostra em quanto o consórcio aumentou a execução de serviços, como o “aterro compactado mecanicamente”. Para participar da licitação, a Via Engenharia e a Usiminas informaram que fariam aterro em 800 metros cúbicos por R\$ 22,8 mil. No final do ano passado, segundo o relatório da Engevix, as duas empresas fizeram o aterro em 16 mil metros cúbicos e receberam R\$ 469,9 mil. Ou seja, 20 vezes mais.

A planilha elaborada pela empresa de consultoria é reveladora. Outro item de serviço que teve as quantidades acrescidas foi o de “cravação e arrasamento submerso das estacas”. Na apresentação de propostas, no momento da licitação, há dois anos, o consórcio disse que faria o serviço em 1,8 mil metros por R\$ 2,9 milhões. Concluídos os cálculos, a Engevix revela que o mesmo serviço foi executado em 12 mil metros que resultam num desembolso dos cofres do Distrito Federal da ordem de R\$ 18,7 milhões. A lista de itens calculados pela Engevix também inclui os serviços novos, que não constavam no edital de licitação e foram autorizados pela Novacap. Segundo o trabalho da Engevix, os 21 serviços novos resultarão num gasto a mais de R\$ 27,6 milhões para o GDF.

## DEPOIMENTO

### Licitação deficiente

*“O relatório da Engevix prova que mais uma vez os órgãos públicos têm apresentado editais de licitação sem projeto adequado para as construtoras fazerem suas propostas. A empresa fez o papel de tentar resolver o problema que o órgão público teve: obter o valor real da obra. Com o projeto mal elaborado, o custo dobra de valor por causa do aumento dos quantitativos e o órgão público cede ao orçamento da construtora contratada. Se não cede, a obra é paralisada. Nessa situação, o órgão prefere aceitar o aumento. Ai entra a má-fé da construtora que entra na licitação e ganha com preço menor, mas sabe que aumentará a quantidade de serviços em seguida. Neste caso, houve má-fé. Um acerto prévio entre construtora e órgão público.”*

**PAULO VILELA**

presidente do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos (Ibec)